

“PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015”
PARECER

Para efeitos do n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República e pelo disposto na alínea u) do artigo 69.º e do artigo 89.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, alterada pela Lei n.º 130/99, de 21 de agosto, é transmitido o seguinte parecer estruturado do seguinte forma:

- A) Considerações Gerais;*
- B) Lei de Finanças das Regiões Autónomas;*
- C) Investimentos PIDDAC;*
- D) Dotações a Assegurar;*
- E) Relacionamento financeiro entre o SNS e o SRS;*
- F) Assuntos Fiscais;*
- G) Zona Franca da Madeira;*
- H) Conclusão.*

A) CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2015 (LOE2015) constitui o primeiro orçamento pós o período de ajuda externa – ocasionada por uma situação de emergência financeira – devendo ser um pilar fundamental de garante da sustentabilidade das finanças públicas portuguesas, num enquadramento de maior autonomia e de pleno acesso aos mercados financeiros internacionais.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

É importante que a proposta de Orçamento do Estado dê continuidade ao processo de consolidação das finanças públicas, no quadro do cumprimento das regras de participação na União Monetária, constituindo um fator de fulcral importância no processo de credibilização e fortalecimento das finanças públicas.

Mas é essencial que a mesma política orçamental de consolidação das contas públicas tenha em consideração a promoção do equilíbrio entre a redução dos rácios do défice e da dívida pública e a promoção do crescimento, capaz de desencadear a recuperação da económica portuguesa e de redução dos níveis de desemprego.

Os dados históricos dos últimos três anos ensinaram que a austeridade em doses excessivas cria recessão, levando a mais austeridade e a um empobrecimento do País. Por esta razão, **é essencial que a proposta de Orçamento do Estado dê os estímulos certos à economia, porque sem crescimento económico não teremos finanças públicas equilibradas.**

B) LEI DE FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

1. Transferências orçamentais

As transferências para as Regiões Autónomas apresentadas continuam distorcidas pela revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA) de 2007, que discriminou a RAM de forma abusiva, conforme podemos constatar pelo quadro seguinte:

(Unidade: Milhões euros)

Valores transferidos e inscritos no OE para as Regiões Autónomas				
ANO	Legislação base	RAM	RAA	Diferença
2007	Lei Orgânica n.º 1/2007	212,6	336,2	-123,6
2008	Lei Orgânica n.º 1/2007	210,3	343,3	-133,0
2009	Lei Orgânica n.º 1/2007	208,5	351,7	-143,2
2010	Lei orgânica n.º 1/2007; Lei n.º 12-A/2010 e Lei Orgânica n.º 2/2010	251,4	357,0	-105,6
2011	Lei Orgânica n.º 1/2007 e Lei Orgânica n.º 2/2010	249,9	350,1	-100,2



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Unidade: Milhões euros)

Valores transferidos e inscritos no OE para as Regiões Autónomas				
ANO	Legislação base	RAM	RAA	Diferença
2012	Leis Orgânicas n.ºs 1/2007, 1/2010 e 2/2010	232,3	333,5	-101,2
2013	Lei Orgânica n.ºs 1/2007, 1/2010 e 2/2010	241,7	318,3	-76,6
2014	Lei Orgânica n.º 2/2013	172,9	251,4	-78,5
2015	Lei Orgânica n.º 2/2013	171,7	251,0	-79,3
TOTAL		1 951,3	2 892,5	-941,2

Os dados apresentados evidenciam que o atual Governo minimizou, com a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas de 2013, o fosso criado pelo Governo PS em 2007, mas revelam igualmente que **é necessário ir mais longe, reduzindo a diferença entre as duas Regiões Autónomas, que em 2015 atingirá os 79,3 milhões de euros.**

Considerando que as transferências decorrentes do artigo 49.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de Setembro, e previstas no artigo 139.º da Proposta de OE2015, poderão ser alteradas, dados os eventuais ajustamentos decorrentes da atualização dos dados relativos ao PIB Regional, de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais SEC-2010, face a este facto congratulamo-nos com a introdução do n.º 4 do referido artigo 139.º.

Não percebemos, contudo, o alcance do **n.º 3 do mesmo artigo 139.º, o qual deverá ser eliminado.**

2. Endividamento Líquido

É importante garantir que o **artigo 140.º** (necessidades de Financiamento das Regiões Autónomas) da Proposta de OE2015 permita a exequibilidade do PAEF-RAM, no que se refere à utilização do empréstimo contratado junto do Estado.

É ainda essencial que fique clarificado que a redação deste artigo **permite que a Região Autónoma da Madeira poderá contrair um financiamento até 10 milhões de euros em 2015 para fazer face aos compromissos decorrentes de obras suspensas, que serão retomadas.**

B) INVESTIMENTOS

Os valores dos investimentos inscritos no PIDDAC tornam bem patentes as discrepâncias entre regiões, que espelham a realização preferencial de investimento público pelo Estado na Região Autónoma dos Açores.

(Un.: Milhões de euros)

<i>Valores inscritos no PIDDAC</i>			
ANO	RAM	RAA	Diferença
2007	5,4	23,6	-18,2
2008	5,8	23,3	-17,5
2009	5,5	36,8	-31,3
2010	0,4	21,5	-21,1
2011	0,6	9,6	-9,0
2012	0,7	16,7	-16,0
2013	0,5	6,2	-5,7
2014	2,2	1,9	+0,3
2015	3,2	0,5	+2,7
Total	24,1	141,1	-117,0

É pois com satisfação que vemos que a tendência foi invertida nos últimos dois anos, mas ainda assim para níveis de investimento manifestamente diminutos.

É necessário que o investimento público inscrito no PIDDAC destinado à Região Autónoma da Madeira garanta a utilização de diversas infra-estruturas do Estado em condições de segurança e racionalidade necessários à prestação de serviços essenciais aos cidadãos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Em concreto, **é essencial que fique inscrita uma dotação suficiente para a execução da obra do Radar do Porto Santo**, atualmente em curso, a qual é determinante para prevenir fenómenos extremos como aqueles que ocorreram em Fevereiro de 2010.

D) DOTAÇÕES A ASSEGURAR

É essencial que a proposta de OE2015 **assegure as dotações necessárias para fazer face aos compromissos assumidos pelo Estado para com a Região ou para com entidades públicas da Região**, como é o caso, por exemplo:

- a) Da comparticipação nacional nos sistemas comunitários de incentivos financeiros nacionais de apoio ao sector produtivo, decorrentes do n.º 6 do artigo 5.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, que perfaz 25,6 milhões de euros;
- b) Da comparticipação nacional nos sistemas comunitários de incentivos financeiros ao sector produtivo, previsto no artigo 50.º da Lei Orgânica n.º 2/2013, sendo necessário inscrever para 2015 a importância de 1,775M€ e regularizar o montante de 1,642M€ referente a 2014;
- c) Dos valores devidos ao SESARAM, E.P.E., por parte de alguns subsistemas públicos de saúde; e,
- d) do montante devido ao Município de Câmara de Lobos no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

E) RELACIONAMENTO FINANCEIRO ENTRE O SNS E O SRS

A propósito dos valores devidos ao SESARAM, E.P.E., por parte de alguns subsistemas públicos de saúde, constata-se que a proposta de OE2015, no seu **artigo 148.º**, foi diligente em prever que os valores que sejam faturados pelo Serviço Nacional de Saúde têm de ser pagos pelo Serviço Regional de Saúde, sem contudo assegurar que os valores que são devidos ao Serviço Regional de Saúde, por entidades nacionais, têm a obrigatoriedade de ser pagos.

É, pois, essencial que o artigo 148.º seja alterado, de modo a que o Serviço Regional de Saúde da Madeira possa receber as verbas que lhes são devidas por entidades do Serviço Nacional de Saúde e respetivos subsistemas, até porque o saldo é favorável à Região Autónoma da Madeira.

F) ASSUNTOS FISCAIS

A receita da sobretaxa de IRS está a ser subtraída de forma ilegítima às Regiões Autónomas. A esta medida, relevadora de desrespeito pelas Autonomias, não poderá acrescer outra, que passe por subtrair às Regiões Autónomas os eventuais valores a reembolsar aos contribuintes. É, pois, essencial, que **esta questão seja clarificada em sede de Orçamento do Estado.**

É essencial, igualmente, que sejam efetuadas as alterações legislativas necessárias para que as Regiões Autónomas recebam a totalidade das receitas fiscais que lhes são devidas, em cumprimento do disposto na Constituição da República Portuguesa, nos Estatutos Político-Administrativos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

G) CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA MADEIRA (CINM)

A norma incluída na Proposta de OE2015, através da proposta de **artigo 223.º**, reflete a assunção de um compromisso do Governo da República de aquando da conclusão do processo negocial, e assim que haja notificação para o efeito por parte das autoridades comunitárias, promover as necessárias alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Contudo, ao contrário do que sucedeu no Orçamento de Estado para 2014, a presente norma não é uma autorização legislativa ao Governo para promover as necessárias alterações ao EBF, mas apenas uma assunção de compromisso de diligenciar no sentido de que as alterações sejam realizadas, pelo que, conseqüentemente, as referidas alterações terão que ser realizadas por Lei da Assembleia da República, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa.

Assim, importa que a redação deste artigo seja idêntica à norma de 2014.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

Neste âmbito, é necessário que o Governo Português intensifique as ações necessárias para a defesa do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), por forma a captar mais riqueza para a Região Autónoma da Madeira e, por consequência, para o País.

H) CONCLUSÃO

O cenário macro económico actual reflecte um ligeira tendência de recuperação da actividade económica proporcionada especialmente por uma procura externa em retoma, sendo também de destacar a inversão da evolução da taxa de desemprego.

Os sinais de inversão da conjuntura económica deverão ser acompanhados necessariamente de políticas incentivadoras do crescimento económico sustentável e de medidas de reforço da coesão e equidade social, **que carecem de melhor atenção na Proposta de OE 2015.**

No que se refere às questões concretas que afetam diretamente a Região Autónoma da Madeira, existem diversas questões em aberto, que carecem de resolução.

Em concreto, a Região apenas poderá emitir um parecer favorável à proposta de OE2015 caso as situações acima identificadas sejam atendidas e / ou retificadas.

No sentido da defesa dos interesses desta Região Autónoma, nas matérias anteriormente explicitadas, serão apresentadas propostas de alteração/aditamento à Proposta de Orçamento do Estado, em sede própria.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 30 de Outubro de 2014.

